ANO II — Lisboa—Sexta-feira, 15 de Março de 1918 — N.º 321

Pela:fer:e pela:grer

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — MONARQUIA — LISBOA

Director Conde de Monsaraz
Redactor principal Antonio Sardinha
Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada
Escritorios e tipografia R. de S. Paulo, 20
Impressão — Rua da Atalaia, 134
Editor — João N. Santos
Telefone: C. 1035

"Après la guerre"

Desde ha muito tempo que a imprensa francêsa vem cuidadosamente tratando do problema do *«après la guerre»*. Em Inglaterra, na Italia, assim como na Alemanha, esta mesma questão é hoje tão debatida como se fôra um assunto de momento, necessitando urgente solução. E porquê? Estaremos actualmente já na ultima fase deste memoravel conflicto, cujo termo se esteja agora visivelmente aproximando? Talvez. Impossivel, porém, é, ainda ao presente, prognosticar um fim muito proximo a esta tremenda colisão de forças e de ideias. A razão é outra. E' que todos os beligerantes se encontram hoje convencidos de que á luta travada nos campos de batalha vai em breve suceder uma outra não menos encarniçada e temerosa — a luta nos campos do trabalho, a luta economica. A' *fase destructiva* ha de fatalmente seguir-se a *fase constructiva*. E' para este campo mesmo, pode-se dizer, que o combate se veiu insensivelmente deslocando, instalando-se nele já hoje com a sua complexa e formidavel engrenagem, menos brilhante e aparatosa que a militar, mas não menos terrivel e de resultados por certo mais duradouros. Tal é o motivo porque todos os grandes países em guerra se encontram atravessando um periodo intensivo de *organização economica*. Essa organização é-lhes indispensavel no momento; só-lo-ha mais ainda no futuro. A victoria caberá, decerto, áquele que souber mais tempo *resistir*.

Em Portugal, porém, não se pensa, infelizmente assim, segundo os factos deixam inferir. Pouquissimo, verdadeiramente pouquissimo, se tem hoje feito em materia de valorização das riquezas nacionaes.

A «organização economica», tanto para o presente como para o «après guerre», é para este país como que um mito — ou um tropo de oratoria co..icleira... Atravessa-se uma fase mercantilista febril; e cada qual procura fazer fortuna em vinte e quatro horas. Poucos, raros caturras se atrevem a pensar no dia de amanhã. A exibição luxuosa dá á vida da capital uma falsa aparencia de prosperidade, que, longe de ser geral, indica apenas a miseria, cada vez mais dolorosa de certas classes da população.

No entanto, a *maré dos negocios* continua e alasta-se rapidamente. A *producção de riqueza*, essa, estaciona ou diminue, faltando-lhe ora o *trabalho*, ora o *capital*, consoante as exigencias sempre crescentes da *febre guerreira*, devoradora de homens, e da *febre mercantilista* devoradora de oiro.

Metidos á viva força, pelas conveniencias dum partido politico, a representar no teatro da guerra, custa-nos o desempenho do *papel* umas poucas (ou umas muitas!) centenas de milhares de contos — e é já sabido que muito dificil nos será obter a quantiosa soma de simples taxa anual de amortização desse capital. E' um encargo de, proximamente, 30.000 contos, a pezar no orçamento, — segundo dizem os bem informados — se a guerra não continuar por muitos mêses mais... Para arranjar este dinheiro, mister é, pois, proceder desde já á organização das forças economicas, fazendo como que um inventario de todas as nossas fontes de riqueza a que temos de recorrer, e iniciando, acto continuo a sua utilização sistematica, aproveitando tudo, não desprezando nada.

Todos os países em guerra estão activamente tratando disso, e muito teriamos que escrever se quizessemos relatar, ainda que sucintamente, tudo o que nelles se vem fazendo, em materia de fomento economico, desde a propaganda dos jornais e das revistas, até as providencias dos governos, trabalhando de concerto no sentido de amparar as iniciativas que dispertam.

No nosso País, piquem ao lado desses colossos que agora se degladiam, dorme-se tranquilamente o sono dos justos ou dos mabahos — o somente quando o dia já for alto, e talvez tempestuoso, se acordará pedindo misericórdia... E' verdade que, desde ha tempo já, vimos pedindo uns aos outros providencias, e sobretudo apelando para os *homens salvadores*; frequentemente tambem se reclamam medidas de fomento, quasi sempre dos governos; pouco ou nada de concreto, porem, se indica, nada, em resultado, aparece feito. *Words, words, words*...

Em contrario deste modo de proceder, vamos nós, na medida dos nossos conhecimentos, mostrar alguma cousa do que pode fazer-se em prol do aproveitamento intensivo das nossas riquezas. Não se veja, porem, neste relato mais do que um conjunto de notas a colecionar sobre o assunto, e apenas mesmo sobre alguns pontos importantes do problema; impossivel seria, nas colunas dum jornal, fazer a este respeito obra de tomo, se para tal nos arrogassemos competencia.

Comecemos pela agricultura.

Sendo fundamentalmente a nossa questão agraria um problema hidraulico, como mostrámos ha pouco neste jornal, e não se resolvendo, de facto, esse problema *sendo por meio de um mais completo e mais perfeito aproveitamento das aguas*, é evidente que, enquanto tal utilisação não fôr facilitada, a *intensificação da agricultura*, por mais artificios que se desculdam, nunca se fará duma maneira geral.

O ex-ministro do trabalho do último gabinete democratico, de gloriosa memoria, chegou a publicar um decreto para *intensificação da producção agricola*, e, nessa lei, que segundo cremos não foi derogado, prescreve-se, para o efeito, no seu artigo primeiro, nada menos de quatorze medidas (dinheiro a 6 %). Ha decerto neste compendioso fol muita cousa aproveitavel, porém, o ponto basilar — *a facilitação do aproveitamento das aguas* — ficou de fóra, de maneira que todas essas medidas, na aparencia muito uteis, são apenas artificios sem resultado, no melhor dos casos apenas palliativos locaes, temendo e evitando o emprego de um remedio radical, tratando a causa primaria da doença.

Ora, sendo a facilitação da utilização das aguas incompativel, como se encontra demonstrado, com as disposições essenciaes da nossa legislação, em tudo o que ela pretende regular-lhe o uso agricola, vê-se que a *intensificação da producção agricola* não pode jámais conseguir-se, duma maneira geral, sem que essa legislação seja pura e simplesmente substituida por uma outra, inspirada num criterio scientifico de adaptação ás nossas circunstancias geo-climatéricas especiaes.

Feito isto, em seguida, ou paralelamente, para maior rapidez, poderá decretar-se então: o fornecimento aos agricultores de alfaias, maquinas e motores agricolas, alugados pelo Estado; a isenção de direitos para a importação directa desses aparelhos pelos lavradores; o fornecimento, mediante garantias especiaes, de sementes e adubos; a instituição de premios e auxilios pecuniarios aos que promovam a cultura de novos terrenos; o subsidio nos municipios para a cultura dos seus baldios; etc., — numa palavra, toda essa serie de medidas destinadas a socorrer ás boas vontades, mas cujo alcance geral se encontra dependente da promulgação duma nova lei do aproveitamento das aguas.

Desta sorte, dispertada a confiança dos agricultores, adquirindo estes a convicção de que o Estado se mudou de tirano em seu protector, fatalmente se ha-de produzir um aumento de actividade no cultivo das nossas terras. Restará, então, ao Estado o papel de orientador e regulador dessa actividade.

Mas, dir-se-ha, posta em execução a nova lei do aproveitamento das aguas, encontrarão os agricultores á sua disposição os elementos indispensaveis á efectivação desse aproveitamento, ou, mais precisamente falando, á realisação das diversas obras a que ele obriga?

Indubitavelmente não, visto que se encontram bastante atrazados os estudos das repartições oficiaes a quem esses serviços incumbem. Mas, os proprios lavradores, libertos que sejam das peias e disposições proibitivas da actual legislação.

Serão os primeiros, no seu interesse, a promover, de sua conta, taes estudos e as obras que eles aconselharem, porque, apezar da incultura da população, está ela, ainda assim, muito longe de desconhecer o que lhe convém, no tocante á utilisação agricola das aguas. Não podemos esquecer, em repetidas viagens que temos feito pelo sul do Paiz, as numerosas e instantes perguntas que nos foram feitas por muitos cultivadores, em relação ao aproveitamento das aguas; todas elas testemunhando o seu muito interesse pelo assunto, e, quasi sempre até, um conhecimento empirico de factos, colhido na observação e experiencia de todos os dias, que muito é para apreciar e para fazer valer.

E' aqui, decerto, o momento de considerar a execução d'algumas importantes obras hidraulicas, para irrigação, em que se tem falado muito e até chegado a estudar, oficialmente, na Beira-Baixa, Alentejo e Algarve, sobretudo. Para a realisação destes trabalhos, porém, tambem não consideramos indispensavel a intervenção directa do Estado, quando ela fosse possivel.

Todos teem a convicção de que, não colocando o Estado entraves a taes cometimentos, essas obras poderão perfeitamente ser levadas a cabo pelos sindicatos agricolas, ou outras associações especialmente constituidas para esse fim, embora sob a fiscalisação oficial.

O ponto está em assegurar ás empresas que a taes cometimentos se abalançem todas as facilidades e incentivos de que são dignas. Se tal se fizer, pode ter-se a certeza de que as iniciativas hão de acordar.

Depois, no numero das obras a que nos vimos referindo, algumas ha que não necessitam quantiosos capitais. Estudos, nossos levados a efeito no Ribatejo, no Alentejo e no Algarve indicam-nos, por exemplo, que em muitos pontos se poderiam ali fazer, com notaveis probabilidades de exito, furos artesianos capazes de debitar consideraveis volumes d'agua.

Estes poços não custam forçosamente avultadas quantias — e, mesmo na epoca actual, a despeza a que a obrigariam seria milhares de vezes coberta pelo beneficio resultante.

Entremos agora noutro capitulo, dos mais importantes para a «Economia Nacional» — o dos combustiveis.

Neste capitulo, de vital interesse para a Industria, atravessa-se ao presente uma crise aguda e perigosissima. Vivendo as nossas Industrias, na sua grande parte, com auxilio do carvão mineral importado, e dada a impossibilidade, pelos motivos conhecidos, da obtenção desse combustivel por preço acessivel, e em quantidade suficiente para a laboração, tornou-se necessario, para evitar a sua quasi completa paralisação, recorrer, entre outros, aos combustiveis de origem vegetal, principalmente á lenha. Nisto se originou um problema grave a resolver, de alto interesse para o futuro economico do País, porque, intrometendo-se na materia os especuladores, e começando a propalar-se a noticia de fortunas rapidamente feitas por meio da venda de lenhas, imediatamente, por toda a parte, as nossas belas florestas começaram a ser derrubadas, a torto e a direito, muito mais para satisfazer a ambição do que para salvar as industrias ameaçadas de morte. Quem, como nós, viaja a miudo pelo País, verifica, não teem confrangimento, a desenfreada destrução de que vão continuamente sendo victimas as nossas matas — sem que, até hoje, apezar do grito de alarme por muitos honestos já lançado, aparecesse a *mão de ferro* capaz de pôr cobro a semelhante desatino.

E' certo — ninguem em verdade o contesta — que a nossa industria não podia deixar de apelar, pelo mesmo transitoriamente, para o recurso da lenha; mas ninguem de boa fé poderá justificar o derrubamento inconsiderado que se pratica, sem aumento de plantios, unicamente na mira de obter fortuna, que, uma vez conseguida, Deus sabe como será, ás vezes, pulverisada e desfeita... Teem sido já bastas vezes apontados os numerosos perigos que um tal sistema, a continuar, fatalmente acarretará. Dispensamo-nos, por isso, de os repetir uma vez mais.

O que é necessario, pois, é decretarem-se severas medidas restrictivas que impeçam a destruição ambiciosa dos nossos bosques, incitando novos plantios e só permitindo o corte das arvores na medida do estritamente necessario para satisfazer as necessidades da Industria.

Dificil é — reconhecemo-lo bem — levar á pratica taes medidas; — impossivel, porém, não o é; e indispensavel se torna faze-lo, quanto antes, com decisão e com criterio.

Temos hoje já em exploração activa diversos jazigos de combustiveis fosseis, de varias edades, e está praticamente provado que alguns dão completo resultado em todas as aplicações de que são susceptiveis; sabemos que certos, mesmo, utilizados nos caminhos de ferro, serviço de exigencias grandes, teem demonstrado, e em experiencias bem concludentes, que o seu emprego é perfeitamente admissivel, quasi sempre até vantajoso, sobretudo em relação á lenha. Não ha, pois, motivo para que taes combustiveis não sejam aproveitados em mais larga escala nos caminhos de ferro, grandes consumidores, do que teem sido até aqui, e de preferencia á lenha.

Algumas acertadas providencias governativas, neste sentido, teriam excelente oportunidade; e assim se evitaria que as nossas florestas continuassem intensivamente a alimentar as fornalhas das locomotivas.

Para o *après guerre*, desde o momento que os nossos carvões fosseis comecem agora a fazer carreira ao mercado, se é provavel que voltem a sofrer a concorrencia dos tipos correntes inglezes, não serão então com facilidade batidos, e, pelo menos certas industrias regionaes, é muito natural que sejam por eles definitivamente conquistadas. Alem disto, e ainda para o *après guerre*, devemos considerar que existem hoje e serão presunções da existencia no nosso país duma importante bacia carbonifera, tendo a este respeito publicado recentemente um notavel trabalho o sr. engenheiro Bessa Pinto, a que neste jornal já fizemos alusão.

Sabemos que este ilustre tecnico trabalha porfiadamente, desde ha tempo, no sentido de demonstrer de maneira pratica as suas asserções; e, sobre este ponto só poderemos desejar, que taes asserções completamente se verifiquem, e que o Estado não ponha travão á iniciativa valiosissima do sr. Bessa Pinto. Se assim fôr, convencidos, como estamos, de que o distinto colega não erra nas suas previsões, a Economia Nacional vae encontrar em tal descoberta uma alavanca poderosissima de melhoria e de progresso.

Estreitamente ligada a esta questão dos combustiveis encontra-se uma outra não menos importante, a da utilização industrial das nossas aguas, para a produção de força motriz.

Sabe-se que, duma maneira geral, em qualquer caso, a força motriz produzida hidraulicamente é notavelmente mais barata que a fornecida pelos motores termicos mais aperfeiçoados. O professor Garuffa, da Escola Politecnica de Milão, mostra, na sua teoria das maquinas industriaes, que para se calcular o custo do cavalo-hora nos diversos sistemas produtores de força motriz se deve considerar: 1) — o juro do capital empregado na acquisição e instalação das maquinas; 2) — a amortisação das maquinas; 3) — a amortisação das instalações; 4) — o custo do combustivel; 5) — a lubrificação e a limpeza; 6) — o pessoal empregado no serviço das maquinas; 7) — as reparações ordinarias e diversas.

Admitindo o juro anual á razão de 5 0/0, e a amortisação dos maquinismos e a das instalações ás taxas anuaes respectivas de 12 e 6 0/0, o sr. engenheiro Rodrigues Nogueira, aplicando estes dados um motor de vapor de 100 cavalos, trabalhando no nosso país, achou que a despeza realisada, em tempos normaes, era de 7.000$000 reis por ano.

Mesmo nos motores termicos de grande potencia, contendo todos os aperfeiçoamentos modernos, não pode, assim, ficar, entre nós, e em tempos normaes, o custo do cavallo-hora, por menos de 60 reis. Ora, sendo a força motriz produzida em instalações hidro-mecanicas, esta cifra pode descer a metade, pelo menos nas instalações importantes; então o custo do combustivel é nulo, o pessoal mais reduzido, as reparações mais raras; e se, em certas instalações o capital imobilisado é avultado, em compensação, á produção de energia, é incomparavelmente maior.

Assim, pois, se em tese geral, as vantagens em favor das instalações hidraulicas são grandes, num país, como o nosso, que está e estará, seja como fôr, sempre longe de se poder tornar um grande emporio carvoeiro, são elas evidentissimas, e de molde a levar-nos ao convencimento de que na sua multiplicação reside um dos mais notaveis factores da valorisação nacional, no tocante ao aumento da riqueza.

Se a utilização industrial das nossas aguas fosse hoje já feita em larga escala, nunca teriamos chegado, apezar de tudo, a situação gravissima e deprimente que atravessâmos, vendo-nos forçados a implorar do estrangeiro, e a troco de sacrificios tulvez irreparaveis, tanta e tanta causa que aqui se poderia fabricar, e tendo os mais importantes serviços publicos profundamente atingidos, pela carencia e carestia dos combustiveis importados, sem os quaes damos a impressão de que não podemos viver.

E' indispensavel, pois, para vencer a timidez e desconfiança dos nossos capitaes, que algumas instalações notaveis para aproveitamento da energia mecanica das aguas, se levem a cabo no nosso País.

Para tal se chegar a conseguir, julgamos, em nossa opinião, que a legislação que entre nós regula tal materia tem de ser profunda e inteligentemente modificada.

Por um lado, é mister facilitar a execução das pequenas instalações, que com grande exito se poderiam multiplicar, sobretudo no norte do país; por outro, é imprescindivel dar aos capitaes nacionaes, que a taes cometimentos se entreguem, todas as necessarias garantias de protecção e amparo, que as boas iniciativas devem merecer por parte do Estado, em vez dos sistematicos entraves que de ordinario se lhes põem. Tambem é indispensavel — e este é um ponto grave — que a nossa legislação contenha disposições dificultando, senão impedindo, a especulação de que vem, de ha muito, sendo objecto o aproveitamento das quedas de aguas, com que certos pretendem fazer fortuna, de um dia para o outro. Não se pode tambem, nesta ordem de ideias, admitir que o Estado permita que esta riqueza a pouco e pouco se possa tornar propriedade de estrangeiros; ou que a sua exploração se transforme, mais ou menos rápidamente, num monopolio de facto, por eles exercido. Ninguem nos pode levar a mal que parafraseêmos aqui o dito muito em voga no outro lado do Atlantico: *a America, para os americanos*, no nosso caso tranformado em: *Portugal, para os portuguezes*.

E' hoje do dominio publico que se encontram, ao presente, pedidas as concessões de todas, ou quasi todas, as importantes quedas de agua utilisaveis, em Portugal; até hoje, porém, muito poucas instalações hidro-mecanicas, dignas de nota, se teem levado a efeito, e a maioria das existentes cremos bem que é anterior á promulgação do decreto de 21 de maio de 1911.

Este facto é singular, mas bem significativo.

Com respeito aos aproveitamentos de grande importancia, como por exemplo o das quedas do Douro, sabe-se haver já entidades que se degladiam para a posse das respectivas concessões; assim, pois, entendemos que tais concessões, (desde o momento que um estudo consciencioso não demonstre, e a opinião publica reconheça, que conveem antes ser fraccionadas, para melhor utilisação), devem pôr-se a concurso, só se dando a quem melhores e mais seguras vantagens ofereça ao Estado e ao publico, pela sua exploração; e, se fôr reconhecida a impossibilidade, (em que ainda não cremos), de essas grandiosas instalações serem exclusivamente realizadas por iniciativa e com dinheiro de nacionaes, imponha-se ás entidades estrangeiras que as pretendam construir a obrigação de empregar nelas tecnicos e operarios portugueses, e, em tudo o que fôr possivel, materiaes egualmente portuguezes.

Parece-nos ser este o unico caminho que temos de seguir sobre tal materia. E' necessario que nos defendâmos, por todas as formas ao nosso alcance. Doutra maneira, será melhor entregarmos a *preça* a quem melhor se la pague — e voltemos, então, se o preferirmos, a descobrir as Molucas!...

Eduardo de Bethencourt Ferreira.

Os escandalos democraticos

O contracto da Furness

Numa entrevista concedida ao *Jornal da Tarde*, o sr. Machado Santos faz esta declaração digna de registo, sobre o celebre e escandaloso contrato Furness:

—Se me perguntar pelo referido contracto, dir-lhe-hei que não aparece. Ainda não fui capaz de lhe pôr a vista em cima.

Sobre esta frase do sr. Machado Santos, porque não faz uns versos em alexandrinos bombasticos, o sr. Mayer Garção — D. Quixote de la Democracia, a correr mundo por uma suspeita Dulcinea, e a esbarrar todos os dias com os moinhos de escandalos como a Furness?

Visconde de S. Luiz de Braga

Faleceu ontem, no Porto, o sr. visconde de S. Luis de Braga, emprezario distinto que foi do antigo teatro D. A. e ia por cujo palco passaram as maiores notabilidades extrangeiras, como os maiores artistas nacionaes.

Homem de iniciativa, ele nunca se deteve deante de obstaculos por maiores que parecessem.

Já velho teve um desgosto que profundamente o abalou: o incendio do seu querido teatro. Esse desgosto torturando-o, ao lado de uma economia vital já muito gasta por um trabalho extenuante, levou-o a uma casa de saude, onde veiu a morrer ontem.

O sr. visconde de S. Luiz de Braga era irmão do sr. dr. Carlos Braga e tio dos nossos queridos amigos srs. dr. Luis de Almeida Braga e Joaquim de Almeida Braga, a quem apresentamos, bem como a toda a ex.ma familia as nossas mais sinceras condolencias.

D. Maria Amalia Vaz de Carvalho

O serão literario nas Belas-Artes

Realisa-se ámanhã, pelas nove e meia da noite, o Serão Literario em honra da ilustre escritora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, no belo Salão do Palacio da Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Damos a seguir o esplendido programa do Serão que com certeza ha de resultar encantador:

1.ª Parte

Conferencia pelo sr. dr. Cunha e Costa.

2.ª Parte

As Rosas — A Dase, trechos de D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, lidos pela sr.ª D. Candida Ayres de Magalhães.

Revolvendo Cinzas, trecho de D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, lido pela sr.ª D. Maria de Carvalho.

A minha irmã, verso de D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, lidos pela sr.ª Dr. Branca de Gouta Coelaço.

Conto, de D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, lido pela sr.ª D. Magdalena de Martel Patricio.

Unas palavras, pelo ilustre poeta dr. Afonso Lopes Vieira.

O exito duma festa assim é facil de predizer, sem recorrer ao trivil «reclame».

Portugal na guerra

NOTA OFICIOSA

Informação da Frente Portuguêsa da ultima semana

«Aumentou consideravelmente atividade de artilharia tendo nós conservado sempre superioridade fogo. Inimigo tentou varias vezes penetrar nas nossas linhas tendo porem sido sempre repelido sem atingir seus objectivos deixando 6 prisioneiros nossas mãos. Madrugada 9 atacámos linhas inimigas extensão 1000 metros chegando penetrar segunda linha que se encontrava fortemente guarnecida. Causamos importantes baixas ao inimigo fizemos alguns prisioneiros apreendemos bastante material guerra destruimos varios abrigos.

Nossas perdas em virtude ataque apenas alguns feridos».

Informação de 14 do corrente

Depois intensa preparação artilharia inimiga efectivo aproximado um batalhão de infantaria atacou manhã doze nossas linhas parte guarnecida Infantaria vinte e dois completamente repelido havendo luta terra ninguem corpo a corpo. Grandes baixas inimigo ficando nossas mãos sete prisioneiros e dois mortos. Perdas nossas trez mortos cincoenta e seis feridos trez gazes e seis desaparecidos.

Lisboa, 14 do março de 1918.

Armando de Azevedo, canta

A curiosa individualidade que é Armando de Azevedo, desdobrou-se. A's suas qualidades pasmosas de assassino, acrescem agora as qualidades equivocas de cantor.

Vejam: — Armando de Azevedo, ao ser interrogado no governo civil fez a declaração de que pelo 5 de Dezembro fazia parte dum «complot» para *derrubar* o sr. Afonso Costa, (os senhores sabem, pelo que teem lido, como é que Armando de Azevedo o *derruba*.)

Se fazia parte dum «complot» para *derrubar* o sr. Afonso Costa, para que fugir para Espanha, para que foi para casa do sr. Bernardino Guimarães e aceitou deste ilustre brazileiro o titulo de Soares?

Por modestia, para se furtar a provaveis elogios e agradecimentos do sr. dr. Sidonio Pais?

Como o Armando de Azevedo canta! Se continúa assim, é capaz de meter num chinelo o sr. Mayer Garção, que, a respeito de cantorias, tambem não é nada mau...

Parece que vae ser nomeado chefe do gabinete da presidencia do ministerio o oficial de marinha sr. Silva Pais, irmão do Presidente da Republica.

CARTA ABERTA

Ao Sr. Presidente da republica

Do sr. dr. José Filipe Alvares, ilustre medico em Faro, recebemos a seguinte carta que com muito prazer publicamos:

Logo depois da revolução de cinco de dezembro escrevemos ao sr. Presidente da republica a seguinte carta:

«Ill.mo Ex.mo Sr. Presidente do conselho de ministros.

Soube com satisfação da nomeação de V. Ex.ª para presidente dum governo que tem por fim moralisar a administração publica; e V. Ex.ª é uma garantia de que a fazenda publica será bem administrada.

Comtudo, como o problema da administração publica dum país se liga intensamente com o problema politico; tomo a liberdade de enviar um exemplar do meu opusculo *«Algumas palavras sobre a profilaxia da tuberculose em Portugal»* para que os que se bateram na Rotunda não tenham a mesma sorte que eu tive com gravissimos prejuizos pessoais e da minha familia sem vantagens para o país.»

No opusculo a que a carta se refere manifestavamos contrarios a que por emquanto fosse concedida a independencia ao poder judicial, fundando-nos em factos passados no concelho de Silves; e só por falta de recursos para a publicação dum livro mais extenso não relatamos mais factos demonstrativos da nossa tese.

Os estadistas portugueses, geralmente inexperientes em materia politica, fantasiam teorias, inexequiveis e extremamente prejudiciais na pratica; ao numero das quais pertencem em nosso entender a projectada independencia do poder judicial que no actual momento representaria, por o poder executivo na dependencia do poder judicial.

Assim se vê que o considerem os democraticos que não são de todo tolos em materia politica; pois que a isto se *refere a carta* apreendida ao sr. dr. Germano Martins quando trata dos *juizes legalistas e não legalistas*.

Contam os democraticos certamente com a inexperiencia politica do actual governo; mas quem como nós teve ocasião de verificar no concelho de Silves as consequencias que para o poder executivo vieram da fantasia da independencia do poder judicial do sr. conselheiro João Franco, será com certeza contrario a que no actual momento se conceda tal liberdade.

Para nós as consequencias foram de tal ordem que aos abalos materiaes e morais produzidos, não poude resistir uma rapariga relativamente forte que na tenra edade de vinte dois anos teve de ser sepultada no Alto de S. João, facto que para nos constitue o unico remorso de toda a nossa vida politica que nos faz sentir um criminoso perante as nossas filhas.

Nós á politica nada devemos e nada lhe pedimos, nem mesmo as honrarias, a politica pelo contrario tudo nos pediu e tudo nos deve e se o país nada nos deve por culpa dos outros, deve-nos pelo menos a sinceridade com que o servimos.

Felizmente a maior parte da magistratura judicial não necessita dessa independencia para cumprir o seu dever como provou largamente, em tantissimos casos durante sete anos de violencias democraticas.

Citaremos o caso do integerrimo juiz o sr. dr. Velez Caldeira que lavrou um acordão que deu motivo a sua transferencia para Angola depois de saber que colegas seus por acordãos identicos iam ser transferidos.

A maior parte da magistratura judicial não precisa da independencia judicial para julgar conforme a sua consciencia; alguns juizes timidos ha, para os quaes a independencia era o mesmo que ficar o poder executivo na sua dependencia.

Ao sr. presidente da republica lembrarei uma passagem do meu opusculo que tem aplicação para o caso, pag. 15.

«Estavamos junto, numa propriedade quando o referido funcionario nos desse o seguinte: O João Franco não passa dum parvo pois que não sendo eu o seu partidario, o ministro não me perseguirá nem tão pouco deixará de me colocar no logar que pela lei me pertencer. Eu não tenho portanto vantagem em filiar-me no seu partido.

Assim não sucede com os outros chefes dos partidos que me fazem favores quando eu sou seu correligionario e me perseguem, no caso contrario.

E' por isso que vou perseguindo os franquistas — fazendo justiça, dizia o homem — para que quando o João Franco cair, o que será em breve, eu seja colocado numa terra que me convenha.»

Para nós, pelas razões acima expostas, temos que a independencia do poder judicial, decretada neste momento, é um acto de inexperiencia politica, que acarretaria consequencias gravissimas.

O liberalismo dalguns estadistas da monarquia foi a causa da queda desta; hoje, no nosso país, quem é liberal ou é um desconhecedor da historia contemporanea portuguêsa, ou um arranjista, ou um doente.

Não é da independencia do poder *judicial* que o país precisa neste momento, basta que se não peça *ministro de justiça*, nem se coloquem nos altos cargos pessoas que queiram fazer dos tribunaes sucursaes dos seus escritorios de advogado.

A independencia do poder judicial deve ficar para depois dos governos conseguirem manter a ordem e moralisar a administração publica.

— —

Para nós é um acto de fraqueza manifestado pelo actual governo conservar nos logares publicos, mesmo nos de confiança, funcionarios hostis á situação.

Este erro não cometeram os democraticos no que eles chamaram periodo constitucional.

Aplicaram uma lei que lhes permitia separar todos os funcionarios publicos que não tinham a sua confiança.

Esta lei, ligeiramente modificada, podia aplicar-se neste momento contra as oposições; não dizemos que fossem demitidos os funcionarios publicos nomeados para logares por meio de concurso, como os democraticos fizeram ao distincto jornalista, o sr. Moreira d'Almeida, e ao nosso prezado amigo e distincto publicista, o sr. Constancio Roque da Costa.

que á Patria portuguêsa tão relevantes serviços prestou e hoje tão longe se conserva, cujo tantas saudades nos deixou; mas é nossa opinião que é de toda a justiça que os funcionarios publicos hostis ao governo, e que devem os seus logares exclusivamente á politica, devem ser separados.

—

Quanto a questão operaria pela qual tanto temos pugnado no jornal o «Algarve» por ser um assunto de saude publica, parece-nos que no actual momento não é resolvido pelo aumento de salario pedido, mas sim ao contrario por uma boa administração conforme nós já sustentamos no nosso opuscalo que foi largamente destribuido.

Em nossa opinião o aumento do salario traz como consequencia o aumento do casto dos generos alimenticios e outros, sem vantagens para os operarios, consumidores destes e com prejuizo dos operarios que não conseguem um aumento do salario paralelo.

As greves que se projetam representam a nosso entender um acto de desorientação dos dirigentes do operariado. Os operarios deviam ter protestado por meio duma greve geral como era do seu interesse e do seu dever, contra os actos de má administração do governo democratico que são a causa do mal estar geral do povo trabalhador.

O quatorze de Maio foi prejudicialissimo para as classes trabalhadoras, pois levou para a guerra o povo a fim de varios cavalheiros arredondarem as suas fortunas; fomos para a guerra com manifesto prejuizo da gabre contra a vontade da nossa aliada a Inglaterra, como se provou com as cartas e telegramas publicados pelo ministerio da guerra, instou-se para que da facilidade uns tantos milhares de operarios para a defesa da nossa Patria, segundo a opinião de ilustre oficial o sr. Cristovão Ayres, na regiamento.

Isto é que as classes trabalhadoras deviam ter contrariado por meio duma greve geral, mas dificultar a acção do actual governo que está resolvido a atenuar tanto quanto lhe seja possivel os erros cometidos pelos democraticos, e guerrear os interesses destes infelizes operarios que estão inconscientemente servindo de degrau ás ambições dos politicos sem escrupulos e sem Patria.

Pelo exposto se conclue que os operarios estão tendo mal dirigidos e a cavar a sua propria ruina. Ao governo e a nós todos nos cumpre orientá-los em nome dos interesses deles, dos nossos e da Patria.

Este governo não é monarquico, nós não contribuimos para a revolução de dezo de dezembro, falta-nos por isso aquela autoridade moral que nos dariam os largos sacrificios feitos se se tratasse de falar a um governo do nosso partido. Porem como português julgo o meu dever chamar a atenção do sr. Presidente da republica para as considerações acima expostas.

O sr. conselheiro João Franco embora cheio de boas intenções foi pelos actos de fraqueza do seu governo o causador da morte dum grande Rei; o sr. dr. Sidonio Pais se não fizer uma dictadura a valer, embora cheio de melhores intenções será o causador da morte duma grande Patria.

Aí fica uma grande profecia dum pequeno português que em materia politica nunca errou um prognostico.

De V. Ex.ª admirador

José Filipe Alcatres.

Faro, 15 de março de 1918.

No Circulo Catolico

Sobre *Questões operarias e a Igreja*, o novo querido amigo e sr. padre Avelino Vacondeus, realizou ontem no Circulo Catolico uma bela conferencia.

Nessa conferencia, excelente demonstração de um espirito disciplinado, em bôas doutrinas, o reverendo Vacondeus defendeu as agremiações de classe—agremiações ai que os politicos não são extraph e com o seu odio e as suas perseguições violentas. O trabalho, afirmou o conferente ilustre, é uma virtude e não uma expiação.

No fim da sua conferencia, o nosso querido amigo fez uma afirmação que não deixaremos de registar:

—Os economistas não podem resolver a questão social fóra da moral cristã.

O reverendo Vacondeus foi muito aplaudido pela numerosa e selecta assistencia que lhe ouviu com justificado interesse as suas nobres palavras.

Agua Minero Medicinal Mouchão da Povoa

Largamente conhecida e recommendada pelo seu enorme poder cicatrisante e desinfectante.

Uso externo: Optima regularisadora intestinal, doenças de estomago e das senhoras.

Numerosos attestados medicos e particulares.

Deposito geral, Largo do Conde Barão, 48 (Telephone 3509 central).

Pergunta indiscreta

Os unionistas saíram do ministerio e pediram a sua demissão os que eram regedores.

Pergunta-se agora:—Porque é que os unionistas, como protesto ao sr. dr. Sidonio Pais, não se demitem dos seus lugares chorudos que apanharam por bamburrio, ou por protecção do sr. Brito Camacho, quando, ha seculos, esteve no poder?

Por viciar licenças

João José Rodrigues, ex-empregado do governo civil, foi preso por ter viciado duas licenças de porta aberta, crime de que é reincidente, motivo porque em tempo foi expulso do logar que exercia no governo civil.

NOTA ECONOMICA

Convenio Franco-espanhol

Entre a França e a Espanha negociou-se ha poucos dias um importante *convenio comercial*. Consta esse acordo de duas partes: *economica e financeira*. Da primeira nos ocuparemos nós aqui, tanto mais que as suas bases, extraordinariamente favoraveis á nossa visinha, representam uma grave desigualdade para *nós*. A França nossa aliada, a França em cujo solo tanto soldado português verteu já o seu sangue, tem para com um país *neutro*, um país que em determinados momentos tem chegado quasi a ser suspeito de germanofilo, a França tem para com a Espanha mais atenções, mais benevolencia do que para connosco.

Analisemos em primeiro lugar a questão vinicola.

Pode a Espanha, em virtude do novo convenio, exportar para alem-Pirineus toda e qualquer especie de vinho, até um total maximo de 250.000 hecs. por mês. Esses vinhos pagarão apenas os direitos aduaneiros normais, isto é, entram em França nas mesmas condições que os vinhos portugueses. A nossa qualidade de combatentes, os sacrificios que fizemos para tomarmos parte nesta guerra, nada disso influe para nos criar uma situação de favor, antes pelo contrario como veremos.

Se a Espanha se aproveitar das facilidades ora obtidas (e certamente o fará) a sua exportação até dezembro do corrente ano poderá elevar-se, só para a França, a 2.250.000 hecs., ou sejam 4 milhões de hecs. por ano. A nossa exportação para França foi em 1916 de 209.298 hecs., e em 1917 apenas 168.275 hecs.; por aqui se vê o que para a Espanha representa o novo convenio.

A proposito da nossa exportação de vinhos escrevemos aqui em 15-12-917, o seguinte: «A colheita na Italia foi bastante inferior á do ano passado e na Grecia, deve tambem, dada a extraordinaria agitação politica que houve naquele paiz e o bloqueio aliado, a colheita deve ter sido muito reduzida. Restam portanto dois paizes com boas colheitas (quanto melhor a nossa podia ter sido!) em condições de enviarem vinhos para França: é Portugal e Hespanha. Até agora tem havido grandes dificuldades na passagem de vinhos hespanhoes para França, e em vista da explendida cotação da peseta não é muito natural que o governo francês vá agravar a sua balança comercial permitindo a importação de vinhos hespanhois. Dada a crise vinicola francesa e a dificuldade para a Hespanha, paiz neutro, em colocar os seus produtos, *é natural que esta insista nas suas já iniciadas negociações com o governo francês, e, como tudo pode ser, não será de todo impossivel que os vinhos hespanhois façam concorrencia aos nossos.*

Não obstante o mercado está-nos aberto em muito boas condições e convem aproveitar esta boa ocasião de colocar os nossos vinhos em França.»

Isto escrevemos nós ha precisamente trez mezes e é com grande prazer intimo que hoje verificamos não nos termos enganado no que predissémos. A bela ocasião que tinhamos para fazer a exportação dos nossos vinhos deixamo-la passar, fazendo uma pequenissima venda.

Verdade, verdade que a culpa disso pertence em grande parte aqueles governos que nos colocaram na embaraçosa situação que a falta de transporte nos cria.

A Hespanha insistia nas suas negociações com o governo francês e os vinhos hespanhois fazem hoje concorrencia aos nossos. Fez a Hespanha mal em *chegar a braza á sua sardinha?* Evidentemente que não, a culpa foi nossa principalmente nossa, que não soubemos fazer a exportação a tempo. Mas foi tambem da França que devia ter por Portugal um pouco mais de consideração.

Em materia de vinhos uma unica vantagem temos hoje sobre a Hespanha—é a diferença de cambios! A' França convem muito mais o vinho portuguez, porque pagando em ouro sae-lhe muito mais caro, multissimo mais caro, o vinho hespanhol, devido ao elevado preço da peseta. O dinheiro hespanhol valorisou, o português desvalorisou—é uma vantagem e um mau sinal de prosperidade economico-financeira.

Dentro da parte economica do comercio, ha ainda uma outra parte, relativa aos fosfatos e superfosfatos de cal, que nos convem analisar.

Neste ponto é que a situação de Portugal, em contraste com a da Hespanha, é verdadeiramente deploravel. A França proibiu a saida para Portugal dos fosforos da Argelia e Tunisia, ao mesmo tempo que permite a saida para Hespanha de todos os que forem necessarios (pelo menos 200.000 toneladas)!

Esta situação é insustentavel, não pode continuar de modo nenhum! E' absolutamente necessario que o nosso governo encete as devidas *demarches* para que seja permitida a exportação de fosfatos para Portugal. O contrario seria a nossa ruina, a morte de todas as nossas cearas.

Sermos tratados com menos consideração do que a Hespanha é que não pode ser!

Uma boa organisação dos serviços de transportes seria a melhor garantia da exportação dos nossos vinhos.

Que se faça agora o que já devia estar feito ha muito tempo! *Vale mais tarde do que nunca!*

A. Campos Figueira.

Perfumaria Balsemão

141 RUA DOS RETROZEIROS 141

TELEPHONE N.º 2777 — LISBOA

Tenente Teofilo Duarte

Não quiz sair para Cabo Verde sem nos vir trazer as suas despedidas este nosso prezado amigo. Incarnação das melhores virtudes de energia nacional, Teofilo Duarte é dos nossos melhores amigos de Coimbra. Abraçamo-lo com profunda comoção e esperamos ainda ve-lo mais preso ao continente, que contraía para com ele uma divida de alto reconhecimento.

Revista dos livros e da imprensa

JORNAES PORTUGUEZES

Presos politicos

A Republica, que enquanto durar a suspensão do *Mundo* fala por ela e por si, não cala a voz lamuriente em favor dos presos *formigueiros*. Hoje ocupa-se do sr. Antonio Maria da Silva, nestes termos:

«Ha tres meses que se encontra preso, e incomunicavel ou pouco menos, no hospital de Santa Marta, o sr. Antonio Maria da Silva. Quais os motivos desta rigorosa detenção? Nenhuns. O sr. Antonio Maria da Silva encontra-se preso, porque isso é do agrado do governo. Mais nada E mais nada, porque o sr. Antonio Maria da Silva que tanto arraigo feito de calunia e injurias viu formar-se em volta de si, não tem na sua vida publica acto nenhum que possa ser inculpado e a prova está em que o governo procura ha tres meses, qualquer sombra de delito ou indicio de crime e ainda os não encontrou.»

Este senhor Antonio Maria da Silva, *gros-bonnet* do democratismo é aquele que certo dia tomou banho nas aguas de Rodam de camaradagem com o sr. Alexandre Braga...

Admira-se a Republica que um fiel jacobino esteja tres meses presos sem culpa formada; mas achou natural e justo, outrora, que um monarquico estivesse mas mesmas condições, agravada ainda a sua situação com os mais deshumanos rigores e vexames, não tres mas desoito, desenove e até dois anos! E eu posso citar nomes, se quizer.

Por sua dama

O sr. Mayer Garção, a quem os democraticos chamam *judas* e outros epitetos de viela que eu aqui não reproduzo (ler a carta apreendida ao sr. Germano Martins) aproveita o período eleitoral que decorre para vir quebrar lanças em favor do *Mundo* e da libertação do sr. Afonso Costa.

Este trecho de prosa ou de verso, genero cantatas, é edificante:

«Consta que vai ser presente ao conselho de ministros o requerimento para a publicação do o gão do partido democratico; «O Mundo», asseverando-se ainda que esse requerimento será finalmente deferido. Ao mesmo tempo, correu ontem por Lisboa que, fora mandado pôr em liberdade o sr. dr. Afonso Costa. O facto do requerimento de um orgão partidario que pretende reatar a sua publicação ser submetido á decisão de todo o gabinete e a insistencia no boato que dava como restituido á liberdade o sr. Afonso Costa, chefe democratico, são claramente sugestivos. Compreende-se bem a significação do que seja a abertura de uma epoca eleitoral. Não faria de forma alguma, pelo que se apelasse para a consciencia popular sem se facilitar a essa consciencia o conhecimento de todas as doutrinas, de todos os principios, de todos os ataques e de todas as defesas que possam interessar a politica de uma sociedade.

Eu não duvido que seja autorizada a publicação de «O Mundo», como creio que não demorará a libertação do sr. Afonso Costa. Quaisquer destes actos tem de efectuar-se, para que as proximas eleições não sejam de forma alguma prejudicadas no importante significado que devem comportar.

Bem dizia outro dia um celebre cronista parisiense que o Père-Duchêne não morreu em 1794. Em França existe ainda no Bonnet-Rouge; em Lisboa no jornal fundado pelo sr. França Borges. Não me espantarei portanto que o *Mundo*, com ajuda do sr. Mayer e permissão do sr. Sidonio, renasça das proprias cinzas como a Fenix da fabula...

Quando a libertação do sr. Afonso Costa acho-a até necessaria... pelo menos para ver se as féras bravas se comem umas ás outras, como no Terror...

O virus democratico

Vem alarmada «A capital» com os indicios indeleveis dos «soviets» nacionaes em organisação. E esquecendo-se por momentos que é um jornal democratico, dos que mais provocaram em Portugal o delirio jacobinogdiz como se fôra qualquer orgão conservador:

O «soviet», traz a imagem de todas as vinganças pessoaes, o desejo de todas as cubiças e o explodir de toda a inveja mal contida; atravez a pronuncia dessa palavra nova, vê-se a conquista de todos os prazeres proibidos, o calcar de todas as leis, o desabafo intenso dos que sentem não existir em si a força ou o valor para se imporem pela evolução natural.

As noticias que infelizmente os jornaes inserem dos excessos da multidão na desgraçada Russia, a pilhagem dos bancos, a rebusca das casas ricas, a violação das mulheres e das propriedades, abrem o apetite aos aventureiros, aos que não tem que perder.

Os «soviets», com o cortejo de horrores que aqui se descreve, não são mais que o «maximum» da conquista democratica, o delirio jacobino exaltado ao rubro. Anarquia plena. Consequencia logica da ideologia democratica, retorno ancestral á barbaria.

Mas então a «Capital» já não lê pela cartilha de Rousseau que gerou Robespierre Hebert em 1793, Charles Renvier e Felix Pajat em 1870, Afonso Costa e Bernardino Machado em 1910, Lenine & C.ª em 1917? Já não advoga a formula basilar—liberdade, egualdade e fraternidade.

Dela nascem em geração expontanea os taes «soviets».

Sindicalismo e Democracia

Recebemos hoje pela primeira vez o jornal *O Setubalense*, cuja visita, em nome da redação, muito agradeço.

Trouxe-me esse número, com a publicação do artigo—Sindicalismo e democracia—que com prazer transcrevo, a consolação que nesse grande centro proletario ha quem defenda a verdade e deseja á liça do bom combate.

Escreve o senhor Augusto da Costa:

«Eu sou sindicalista. Isto, que á primeira vista poderá parecer um paradoxo áqueles que me sabem monarquico-reaccionario, não passa, todavia, d'uma conclusão fria e logica de raciocinio, de inteligencia. Simplesmente o meu sindicalismo, não divergindo na essencia, diverge comtudo na *finalidade* que lhe querem atribuir, desse sindicalismo revolucionario que se incutiu nas classes operarias, e que, diga-se de passagem, desvirtua os fins a que o sindicalismo bem entendido deve aspirar.

O sindicalismo tal como está e como exerce proporcerancia no espirito operario, visa um fim unico: o anti-estatismo, a Anarquia Ideal; e a Republica, para esses obreiros, constitue uma *étape* já alcançada no caminho que lá conduz. O meu sindicalismo, ao contrario, visa á colaboração das classes com o Estado, á hierarquia na Sociedade, a dar ao operariado o logar que lhe compete como corpo-social na organisação perfeita do Estado.

Isto é: o sindicalismo, tal como ele hoje está, é um sindicalismo revolucionario; o sindicalismo, tal como eu o defendo, é, ao contrario, strictamente profissional, de caracter eminentemente economico, em contraposição áquele, meramente de caracter politico.

Entre estes dois sindicalismos, de *essencia* absolutamente egual, mas de *finalidade* absolutamente diversa, dentro em pouco as classes trabalhadoras vão ver-se não na necessidade de optar pelo segundo, renegando e atirando para um plano inferior o primeiro, visto que tem uma finalidade apenas *ideal*, e a epoca é de factos *positivos*.

A consistencia desta verdade leva-nos á condenação do sindicalismo revolucionario, posto ao serviço da Democracia, quando, afinal, a Democracia é o seu principal e mais forte inimigo. Temos assim o sindicalismo cavando a sua propria sepultura, muito senhor de si julgando que trabalha para o progresso, quando simplesmente avança como os caranguejos.

O primeiro acto da Democracia, quando em 89 em França de *ideal* passou a *facto*, foi abolir as corporações d'artes e mestéres, onde os operarios tinham um refugio seguro contra os desmandos do Capital, em nome de Liberdade-dogma, da Liberdade-principio, que é a morte de todas as liberdades. Desfeitos esses baluartes operarios onde a Produção era regulada comandam ute, caiu-se na livre concorrencia individual, que foi o primeiro passo dado para o dominio supremo do Capital sobre o Trabalho. E a Democracia, tomando tal medida, não fez mais do que realisar o seu programa: conceder a cada individuo, isoladamente, a mais ampla liberdade! Abolidas as corporações de oficios, onde comummente se regulava a produção, alienando o operario a sua liberdade em proveito da comunidade,—o operario deixa de estar sujeito ás deliberações da sua classe, deixa d'atender ao interesse geral da classe, que não é mais do que a soma dos interesses individuaes que a compõem) para simplesmente agir em conformidade com o seu interesse individual.

Da ineficacia comprovada desse sistema nasceu a necessidade de se voltar ás agremiações antigas; e d'ahi nasceu o sindicalismo, eivado ainda dos erros a que o doutrinarismo democratico conduz.

A Democracia é irreconciliavel com o sindicalismo, quando afinal muita gente julga ver entre essas duas ideias—ideia democratica e ideia sindicalista—uma perfeita comunhão de interesses. Isso estaria muito bem se não houvesse um antagonismo completo entre *democracia-facto* e *democracia estado d'espirito*; ou seja, entre a democracia-forma de governo e o estado de espirito que ela cria.

Infelizmente, como atrás, abstratamente, o sindicalismo actual e a democracia completam se, unificam-se:

Mas, *positivamente*, são antagonicas, visto que a democracia quer garantir ao individuo isolado o maximo da liberdade, enquanto que o sindicalismo foi feito para a defeza comum do operariado; alem do que, democraticamente não se podem admitir associações onde os operarios, individualmente considerados, e onde, portanto alienam a sua vontade em proveito da vontade da classe. Mas como, em vez de nos governarmos com *abstracções*, nos governarmos com *factos*, ou *ideias*, eis que se reconhece a falencia desse principio que, garante ao individuo o maximo de liberdade, e se criam baluartes onde se defenda a Liberdade comum. Para lamentar é que prezo a uma miragem vaga e *ideal*, o sindicalismo seja revolucionario, e, portanto, politico, em vez de *profissional*, exclusivamente, e, portanto, com funções apenas economicas...

A atitude dos monarquicos

Recortamos do *Jornal da Tarde* o seguinte trecho de um artigo que pela primeira vez na imprensa republicana se aprecia com justiça e respeito o partido monarquico:

O democratismo era o inimigo comum. Era o perseguidor de republicanos e de monarquicos, e era, para os ultimos principalmente, a impossibilidade de viverem como gente livre na terra que os tinha por filhos. Que admira, pois, que fosse os monarquicos os que mais desinteressadamente cerrassem filei a com volta do sr. Sidonio Paes para o aliudarem a governar e a realizar a sua obra? Era porventura, trair os seus principios contribuir para que o demagogismo desenfreado não continuasse a tratar, quem não era da seita, com uma desenvoltura que lá frequentemente ale ão assassinio? Não era. Procedendo assim, os monarquicos praticavam a unica acção patriotica que havia a esperar deles. Mais: enfiteirando no partido de esmagadora maioria, dos anti-democraticos, davam a certos republicanos uma admiravel lição de amor pelo seu País, visto colocarem, acima das suas conveniencias e dos seus interesses, as conveniencias e os interesses nacionaes. Podia ainda haver duvidas sobre a lealdade dos monarquicos para com o sr. dr. S donio Paes. Mas desde a sua reunião de domingo, essas duvidas já não são permitidas.

Os partidarios do regimen deposto votam no sr. Sidonio Paes para presidente da Republica por veram nele o homem capaz de guiar os destinos da Patria pelo melhor caminho. E concorrendo para que o governo tenha no parlamento a maioria de que precisa para implantar em Portugal novos costumes politicos, por estarem convencidos que a Patria necessita da sua colaboração nesse sentido. O democratismo, tal como era antes da revolução de Dezembro, tem de desaparecer. Pois não é senão para que ele desapareça definitivamente que os monarquicos se unem em volta do sr. Sidonio Paes. O resto, tudo o que por aí está a escrever-se em volta deste facto politico tão simples, não passa de mera fantasia de quem, não sabendo sufocar nem as suas paixões nem os seus interesses, procura fazer crêr que a Republica corre perigo só porque os monarquicos a não combatem e só porque eles não continuam a arremessa-la para a ruina, como fizeram durante sete anos seguidos. Temos de concordar que é dificil levar mais longe a insensatez.

Nunes & Nunes, Suc.

Cambios, papeis de credito «coupons» e cheques sobre o estrangeiro

95--R. do Ouro--97

A espionagem em França

A actriz Susy Depsy

Acerca do novo caso de espionagem descoberto em França e no qual se acham envolvidos um banqueiro de nome Tremblez e uma actriz que usava o nome de Susy Depsy, vemos nos jornais ontem recebidos que este era um agente no serviço dos alemães.

Trazia sempre comsigo um mapa dos que são adoptados para uso do estado-maior francês e sempre que recebia algum oficial, mostrava-se interessada em saber, á vista desse mapa, quais os pontos que os alemães poderiam ter interesse em bombardear e tambem, quando algum ingenuo oficial de aviação lhe narrava as suas façanhas, Susy Depsy seguia no mapa os pontos por ele percorridos.

Confidencial, Lt.ª

emprestimos sobre penhores—Rua do Mundo, 117, 1.º, esquina da Travessa do Poço.

Esta casa, uma das mais bem instaladas da capital, com gabinetes adequados ás suas transacções de penhores emprestando a juros modicos, sobre ouro, prata, joias, papeis de credito, antiguidades, moveis, *trens* e *automoveis*, maquinas de costura e de escrever, fazendas e tudo que possa oferecer garantia.

Tambem se adeanta dinheiro sobre *Conhecimentos d'Alfandega*, encarregando-se de despachar as mercadorias que podem ser levantadas a pouco e pouco.

Absoluta reserva nas suas transacções.

Juros modicos e convencionaes

Companhia de Seguros «A Lisbonense»

Recebemos o relatorio da Direcção da Companhia de Seguros «A Lisbonense», contendo o balanço geral em 31 de Dezembro de 1917 e o Parecer do Conselho Fiscal.

Jornadas e Salões

Aniversarios

Fazem amanhã anos as senhoras:

D. Maria da Conceição Cabral Parreira de La Cerda Falcão do Amaral.

D. Maria Rosine Perestrelo de Matos Cabral.

D. Berta da Cunha Lima de Sousa Rego.

D. Annete Amzalack.

D. Maria Antonia de Salviati (Zelleri).

D. Eduarda Hicking Ivens de Carvalho.

D. Maria Luiza de Seixas Palma.

D. Eugenia Franco Frazão (Penha Garcia).

D. Maria José de Sequeira Pacheco de Melo e Niza.

E os srs.:

Conde de S. Martinho.

D. Francisco Correia de Sampaio (Castelo Novo).

Elesbão de Betencourt Lapa (Vila Nova de Ourem).

Eduardo Oscar Colares Gavazzo.

Festas de caridade

Opereta ingleza

Hoje ha novo ensaio pelas 9 horas da noite, na Liga Naval, pedindo-se a todos os interpretes para estarem a hora marcada.

Na Escola Academica

E' amanhã que no grandioso pavilhão da Escola Academica, gentilmente cedido pela direcção deste explendido estabelecimento de ensino, se realiza pelas 9 horas da noite a encantadora festa de caridade, organisada por uma comissão de senhoras da nossa aristocracia de que fazem parte as senhoras;

Duqueza de Palmela, Marquezas de Borba e de Belas; Condessas de Castro Guimarães, de Penalva d'Alva (D. Maria Pia) e de Porto-Covo; D. Alice Muró dos Anjos, D. Francisca de Almeida de Mendia, D. Maria Domingas de Sousa Coutinho Rebelo da Silva, D. Tereza de Melo e Castro de Vilhena (Galvêas), D. Maria Ana de Lencastre Ferrão, D. Constança de Castelo Branco Ferreira Pinto Basto, D. Genoveva de Lima Mayer Ulrich, D. Berta M. Santos Bazilio de Castelo Branco, D. Maria Tereza de Lencastre Ferrão de Castelo Branco a favor das crianças pobres de Paço d'Arcos, cujo programa é o seguinte:

1.º Sinfonia; 2.º Bi-trapezio pelos srs. Julio Reprezas e Angelo de Mendonça; 3.º Esgrima de pau pelos srs. Antonio Saiazar Diniz e Paulo de Oliveira e Sousa; 4.º Arame oscilante pelo sr. Jean Laclan; 5.º Esgrima de espada pelos srs. Antonio Martins e Humberto Reis; 6.º Ginastica sueca por um grupo de alunos da Escola Academica.

2.ª parte. 1.º Sinfonia; 2.º Voos pelos srs. Levy Genochio e Carlos de Abreu; 3.º Atletica pelo sr. Manuel da Silveira; 4.º Jongleur (genero japonez) pelo sr. Oscar de Negro; 5.º Saltos de ginastica sueca pelo sr. Boo Kullberg e seus discipulos.

Sarau literario

No Teatro de D. Maria II

Na proxima segunda feira o ponto elegante de rendez-vous será no teatro de D. Maria II onde terá logar o sarau literario em honra da ilustre escritora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, com o amavel concurso de distinctos amadores e artistas.

A'manhã publicaremos o programa completo de tão encantadora festa a que certamente está destinado um grandioso exito artistico e mundano.

No Politeama

Está já marcada a recita do eminente artista Chaby Pinheiro, para a noite de 21 do corrente, sendo portanto esta recita, com certeza, um elegantissimo ponto de reunião.

Os bilhetes, que já estão á venda na bilheteira, teem tido uma procura enorme, sabendo-se já, positivamente, que muitas pessoas da nossa primeira sociedade se apressaram a adquirir os seus bilhetes.

No Chiado-Terrasso

Esta noite realisam-se as tradicionaes sessões da moda, a que sempre costuma concorrer a nossa aristocracia, tornando este salão o mais elegante da capital.

No programa figuram a estreia sensacional de ontem, «A Filha do Guarda do Bosque».

Tambem se exibem as fitas «A princeza magistral» e o ultimo episodio da celebre e afamada pelicula «A seita tenebrosa».

De jornada

Encontra-se em Cascaes a sr.ª condessa de Linhares.

—Está em Lisboa o sr. doutor Caieiro da Matta.

—Parte ha proxima semana para Espanha o sr. dr. Marçal Pacheco.

—E' esperado brevemente com sua esposa, a sr.ª D. Maria de Lacedo e Brito de Romero, vindo de França, o sr. oficial de cavalaria João Romero.

—Encontra-se de novo em Lisboa o sr. José Rino.

Doentes

Tem passado incomodado de saude a ex.ma senhora D. Bertha de Ortigão Ramos.

—Continua experimentando melhoras a senhora D. Irene Patricio Ferreira Marques.

—Está melhor a senhora viscondessa de Assentis.

«A Monarquia» vende, avulso, ao preço de 20 réis.

Palmyra Callixto

Tratamento de senhoras e creanças

Massagem medica manual e electrica Gymnastica medica e sueca. Tratamento a pelle e cabellos. Manucure.

Calçadita do Sacramento, 91.-2.º

TELEPHONE 4559

Luiz de Lemos Mendes de Oliveira

Veiu visitar-nos este nosso presado correligionario, membro da *Secção Escolar Integrolista*, de Coimbra, onde frequenta o 1.º ano de Direito. Luiz de Lemos Mendes de Oliveira é um espirito culto e equilibrado, que dentro de pouco entrará a ocupar-se no nosso jornal dos assuntos da sua especialização. Os nossos cumprimentos a Luiz de Lemos de Oliveira.

Notas da Arcada

Ainda não estão nomeados todos os governadores civis para os districtos vagos pela exoneração dos governadores civis unionistas.

Parece que a maioria dos nomeados são indicados pelo partido centrista.

—Dizia-se hoje não sabemos se tem ou não fundamento, que os partidos republicanos é provavel que venham, a abster-se de concorrer ás urnas tanto para eleição do Presidente como para a de deputados e senadores.

—Parece que está em via de solução a greve dos ferro-viarios, com concessões feitas de parte a parte.

—Continua a correr com insistencia boatos de revolução por parte dos democraticos e outros elementos, boatos que teem chegado ás esferas oficiais, dando motivo a rigorosas prevenções durante estas noites e a rusgas que tem dado algum resultado por terem sido apreendido varias pistolas e outras armas.

—Em harmonia com a lei, foram eleitos vogaes do Conselho Superior do Trabalho e de Previdencia Social os senhores:

Em Lisboa, patrão, Antonio Ferreira da Silva, e operarios, José Joaquim de Almeida e Antonio Rodrigues Ripoia; no Porto, patrões, Manuel Simões Mendes e Manuel Pinto da Costa, e operarios, Manuel dos Santos e Joaquim da Silva; nas provincias, operarios, Francisco Rodrigues Aparicio e Joaquim Nogueira Lopes.

Os srs. Antonio Teles Machado Junior, Joaquim Mendes Arnaud, dr. José Jacinto de Carvalho, dr. Antonio Lino Neto e Bernardo Guimarães ficam como representantes no segundo daqueles conselhos, das associações de socorros mutuos da metropole, e o engenheiro sr. Antonio de Almeida Vasconcelos Correia, e o sr. dr. Antonio Santos Lucas, como representantes das companhias de seguros de vida e contra riscos de desastres no trabalho, doença e invalidez, no mesmo conceito.

—O governo ordenou que fossem dadas ordens terminantes para a repressão do jogo em Coimbra.

Consta que em Lisboa se vão dar ordens tambem rigorosas no sentido de se reprimir o jogo, em virtude da forma escandalosa e criminosa como ele se exerce nas centenares de casas de tavolagem que se acham espalhadas nas principaes ruas da Baixa.

—Tanto a comissão delegada, que tratou da solução a dar ás reclamações dos ferro-viarios dos Caminhos de Ferro do Estado (Sul e Sueste), bem como toda a respectiva colectividade, se acham gratissimas para com o sr. ministro das subsistencias pela forma rapido e honrosa, como resolveu as mesmas reclamações, não deixando mesmo esboçar o movimento grevista.

—Foram mandados agregar á comissão encarregada de estudar e elaborar um projecto de organisação dos serviços internos e externos dependentes do ministerio da agricultura, os professores do Instituto Superior de Agronomia, Bernardino Camilo Coincinato da Costa e Joaquim Pedro Rostem, o professor da Escola Veterinaria João Viegas Paulo Napreiro e o engenheiro agronomo, Egidio Rigo Zupo.

—O Chefe de Estado que tencionava ir visitar outros pontos do país adiou a sua viagem para tempo, oportuno, naturalmente ainda a fará antes das eleições.

MONTE-PIO COMERCIAL E INDUSTRIAL

206, R. Augusta, 214

54, R. da Assunção 56

Emprestimos sobre joias, ouro, prata e papeis de credito. Juro maximo, 5 réis por cada 5 tostões.

Cofres para alugar nas casas fortes

AVISO

Septenario das Dores

No proximo sabado ás 5 1/2 da tarde começa o septenario de N. S. das Dôres na forma dos outros anos.

No dia 22 ás 8 1/2 da manhã missa acompanhada a orgão e comunhão.

A's 11 1/2 missa cantada e sermão.

Photografia Londres

Rua do Alecrim e Largo do Barão de Quintella

(na antiga Arcada de Londres)

Retratos d'Arte

Manipulações photographicas em todos os eneros

Transportes

A organisação do ministerio

Pela organisação do ministerio das Subsistencias e Transportes o Conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado passa a constituir uma direcção geral, pelo que aqueles serviços deixam de ser autonomo.

Pitta & C.ª — Camiseiros — Artigos de novidade

95 — RUA AUGUSTA 197 — Telef. 1584

Festa da boneca

Para os orfãos da guerra

Realisou-se ontem na Sociedade Nacional de Belas-Artes o «chá» elegante e o concerto annunciado, o qual decorreu animado e interessante. A receita promete ser avultada e é isso o que mais interessa ás boas almas que presidem á louvavel iniciativa.

A exposição de bonecas continúa sendo muito concorrida até ao fim do mês.

Camara Municipal

Não houve ontem á noite sessão da Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa por falta de numero legal de vogaes para poder funcionar.

Hoje, ás 18 horas, ha ali uma reunião de caracter particular.

Contra a guerra

A «COMPANHIA GARANTIA» effectua seguros de GUERRA bem como contra TUMULTOS e GREVES. Agencia: José Henrique Tota & C.ª, banqueiros R. Aurea, 69 a 75. Telef. n. 188 9-C.